



Ilustração: Marius Pires

Pela diversidade dos fundos sociais voluntários

MARCELO NERI

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV
mcneri@fgv.br*

“A proposta é abrir contas voluntárias do Bolsa-Escola e outros programas sociais, a fim de diversificar o risco Fome Zero”

O Brasil é um dos países onde o desenvolvimento de tecnologias redistributivas apresenta as maiores oportunidades. A desigualdade elevada, aliada ao alto nível de renda *per capita*, cria um excesso de pobreza. A quantidade de miseráveis que existe aqui não é observada em países com nível similar de renda média.

Mas a mesma desigualdade que tanto nos envergonha abre espaço para o desenho de políticas redutoras de pobreza, pois fontes potenciais de financiamento

de políticas redistributivas convivem, lado a lado, com beneficiários potenciais. Isto pode ser representado pelo contraste entre os 50 milhões que vivem com menos de R\$80,00 mensais com os R\$15,00 mensais médios que cada um dos outros 120 milhões de brasileiros deveriam contribuir em média para completar a renda dos miseráveis até o piso de R\$80,00 mensais.

Do lado do número grande de miseráveis, existe um pequeno valor que mostra ser factível a resolução do problema. Estes são dois lados da mesma moeda, corolários da desigualdade brasileira.

Recentemente, o governo federal abriu contas de depósito no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal para receber contribuições voluntárias para o Fome Zero, uma inovação com potencial arrecadador. Basta lembrar que em cada uma das últimas semanas o programa Big Brother da Rede Globo tem recebido quase 20 milhões de ligações a um custo unitário de R\$0,27. Valor próximo ao do pão francês nosso de cada dia.

No primeiro semestre de 2001, logo após a FGV lançar o estudo Mapa do Fim da Fome, houve pesquisa de opinião e a

maioria dos entrevistados revelou disposição de contribuir com os R\$15,00. Algum tempo depois foi lançada a versão zero do Fome Zero que propôs a criação de um imposto incidente sobre as contas de restaurante. Esta fonte de financiamento teria a capacidade de financiar 0,13% do custo da empreitada, além de ser uma distorção.

O fato de o programa ser voltado à segurança alimentar não implica que devemos arrecadar recursos na digestão das pessoas, como propunha a gorjeta tributária. Já as contribuições voluntárias representam um avanço nas fontes de financiamento buscadas para o Fome Zero de lá para cá.

Uma campanha de financiamento social que conta com Duda Mendonça como estrategista de *marketing* e o presidente Lula como principal divulgador e avalista, tem grande probabilidade de sucesso e tudo para colocar 170 milhões de brasileiros em ação. O que se precisa é de cuidados para não frustrar expectativas. Em particular, falta diversidade de opções de investimento social. Ao apresentar apenas uma possibilidade de aplicação para a sociedade civil, o governo está ignorando o princípio básico de não colocar todos os ovos na mesma cesta.

Se o Fome Zero vai mal, assim vai a capacidade de captação voluntária de recursos e a percepção geral sobre as ações sociais do governo. Além da necessidade de diversificação de riscos, existe diversidade de preferências entre os potenciais contribuintes. Seria importante a aplicação de recursos no Bolsa-Escola. O ministro da Educação e da Criança, Cristóvam Buarque, sugeriu que os R\$1,8 bilhão alocados este ano no orçamento para o Fome Zero fossem aplicados imediatamente num aumento do valor das Bolsas-Escola, o que ele chamou de Fome Zero Já.

Na nossa proposta a demanda adicional de recursos do MEC seria, em parte, suprida por contribuições voluntárias, dependendo da aceitação do programa entre os contribuintes. O fato de o público beneficiário-alvo do Bolsa-Escola estar abaixo da idade de voto aumenta a importância de contribuições de segmentos da sociedade imunes a incentivos eleitorais.

O Bolsa-Escola, uma aplicação pública, poderia se beneficiar de financiamentos privados voluntários. Não só pela sua capacidade de combater a pobreza hoje e no futuro, mas pelas dificuldades de financiamento público do programa em função do baixo retorno eleitoral oferecido.

Na verdade, podemos considerar simultaneamente um espectro mais amplo de fundos sociais, onde o Fome Zero e o Bolsa-Escola constituem fundos específicos. A vantagem de um sistema integrado e diversificado de aplicações voluntárias não se restringe à busca de ampliação de fontes de recursos, mas funciona como um sinalizador das preferências dos contribuintes efetivos, além de aumentar a competitividade das aplicações sociais, o que é sempre bom.

Um custo associado à criação de fundos sociais voluntários é deslocar ações privadas, um efeito *crowding-out* — recursos de voluntários de origem privada para ações públicas podem deslocar aqueles voltados para alocações privadas (i.e., ONGs). Outro problema é que o governo poderia reduzir a sua contribuição absoluta em um dado programa, face à nova oferta de recursos, frustrando as expectativas dos contribuintes.

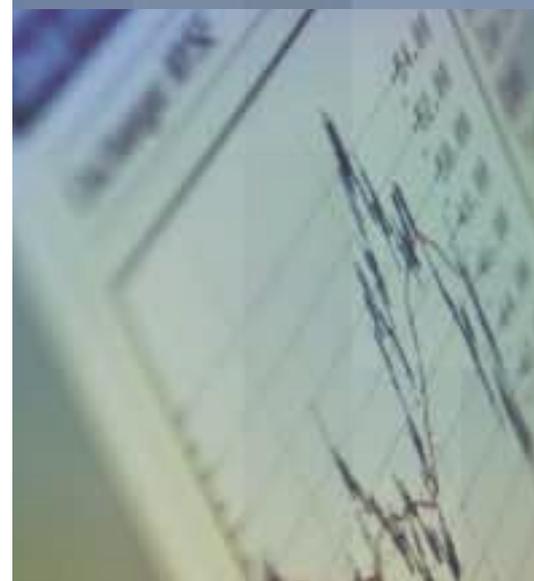
Para isso é importante estabelecer compromissos *a priori* sobre a parcela a ser mantida no orçamento público em cada um dos programas e dar transparência à parceria para que essas alocações possam ser monitoradas. Finalmente, a doação de empresas privadas mediante isenções fiscais implica risco similar de apenas trocar fontes e não o total de recursos, além de alimentar a burocracia. A criação desses fundos sociais deveria evitar o caminho das renúncias fiscais.

Em termos gerais, podemos pensar no portfólio de ações sociais disponíveis para investimento voluntário incluindo ações públicas, do setor privado e da sociedade civil. No primeiro grupo se encontram ações nos três níveis de governo. No setor privado encontramos diversas iniciativas empresariais onde o *know how* da empresa num dado campo de negócio pode, em alguns casos, constituir uma forte vantagem comparativa. Finalmente, temos as ações de atores da sociedade civil com especial destaque para as ONGs. ■

Atualize seu endereço e receba a revista onde preferir.



conjunturaeconomica@fgv.br



CONJUNTURA
ECONÔMICA

Informação precisa
para quem precisa de
informação.